



INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC

# Fevereiro 2026

v. 6 n. 56

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC

# Fevereiro 2026

v. 6 n. 56

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



## APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



**INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC**

## Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

### Diretor Geral

#### Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

### Diretora Administrativa

#### Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

### Editor de Design Gráfico e Diagramação

#### Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

### Características do Periódico

#### Periodicidade:

Mensal

#### Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

#### Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

#### Registro Internacional:

SSN 3085-654X

#### Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

### Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

**publicacao@iiscientific.com**

### Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil  
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande  
CEP 88032-005

*A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.*

## Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

### Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

### Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios  
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva  
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva  
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia  
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

### Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

## Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

### Pareceristas

#### **Ciências da Educação**

Dr. Carlos Mendonça  
Dr. Marcelo Pertussatti  
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

#### **Ciência da Saúde**

Dr. Daniel Laiber  
Dra. Luisa Bonadiman

#### **Ciências Jurídicas**

Dr. Avelino Thiago  
Dr. James Melo de Sousa  
Dr. Manoel Coracy

#### **Educação Inclusiva**

Dra. Fábila Roseana Souza Oliveira da Silva  
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

#### **Tecnologia**

Dr. Flávio Lopes  
Dr. Geraldo Lúcio

#### **Editor Gerente**

**Rayane Priscila Santos de Souza**

#### **Editores de Seção**

**Karolayne Luana de Oliveira Silva**

Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

#### **Equipe de Produção Editorial**

**Reviane Francy Silva da Silveira**

Priscila de Fátima Lima Schio  
Lucas Teotônio Vieira

#### **Editor Técnico**

**Balbino Júnior**

#### **Administrador do Sistema OJS**

**Vitor Santos**

**O PAPEL DA AVALIAÇÃO E DA RESPONSABILIDADE PEDAGÓGICA NO  
PROCESSO DE APROVAÇÃO ESCOLAR: DESAFIOS E IMPLICAÇÕES  
QUANDO A ESCOLA OFERECE TODOS OS INSTRUMENTOS, MAS O ALUNO  
NÃO APRESENTA CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA SER APROVADO**

THE ROLE OF ASSESSMENT AND PEDAGOGICAL RESPONSIBILITY IN THE  
SCHOOL PROMOTION PROCESS: CHALLENGES AND IMPLICATIONS WHEN  
THE SCHOOL PROVIDES ALL EDUCATIONAL TOOLS, BUT THE STUDENT  
DOES NOT MEET ADEQUATE CONDITIONS FOR PROMOTION

EL PAPEL DE LA EVALUACIÓN Y DE LA RESPONSABILIDAD PEDAGÓGICA EN  
EL PROCESO DE PROMOCIÓN ESCOLAR: DESAFÍOS E IMPLICACIONES  
CUANDO LA ESCUELA OFRECE TODOS LOS INSTRUMENTOS, PERO EL  
ESTUDIANTE NO PRESENTA CONDICIONES ADECUADAS PARA SER  
PROMOVIDO

**Juverlânia Alves Santos Souza**  
**Orientador: Prof. Dr. Francisco Bessa**

## **RESUMO**

O processo de avaliação e aprovação escolar constitui um dos eixos centrais da prática pedagógica, envolvendo decisões que impactam diretamente a trajetória acadêmica e social dos estudantes. Este artigo tem como objetivo analisar as dificuldades e implicações pedagógicas relacionadas à aprovação de alunos em contextos nos quais a escola oferece os instrumentos educacionais necessários ao processo de ensino-aprendizagem, mas o aluno não apresenta condições adequadas de aprendizagem. A discussão centra-se no papel da avaliação pedagógica, da responsabilidade institucional da escola e da atuação do conselho de classe diante de fatores pedagógicos, sociais, psicológicos e familiares que influenciam o desempenho escolar. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada em produções científicas que discutem avaliação, equidade, responsabilidade pedagógica e políticas educacionais. Os resultados apontam que a aprovação sem a consolidação das aprendizagens mínimas pode comprometer o desenvolvimento acadêmico do aluno, fragilizar o sentido pedagógico da avaliação e gerar impactos futuros no percurso escolar e profissional. Conclui-se que a escola precisa equilibrar a promoção dos estudantes com o compromisso ético e pedagógico de garantir que a aprovação esteja vinculada às reais competências adquiridas, assegurando equidade sem comprometer a qualidade educacional.

**Palavras-chave:** Avaliação escolar; aprovação escolar; responsabilidade pedagógica; conselho de classe; equidade educacional.

## ABSTRACT

The process of assessment and school promotion represents a central element of pedagogical practice, involving decisions that directly affect students' academic and social trajectories. This article aims to analyze the difficulties and pedagogical implications related to student promotion in contexts where schools provide the necessary educational tools for learning, yet students do not demonstrate adequate learning conditions. The discussion focuses on the role of pedagogical assessment, institutional responsibility, and the actions of class councils when considering pedagogical, social, psychological, and family factors that influence academic performance. This study adopts a qualitative, bibliographic approach, grounded in scientific literature on assessment, equity, pedagogical responsibility, and educational policies. The findings indicate that promoting students without the consolidation of minimum learning standards can compromise academic development, weaken the pedagogical purpose of assessment, and negatively affect students' future educational and professional paths. It is concluded that schools must balance student promotion with ethical and pedagogical responsibility, ensuring that advancement is based on actual learning and competencies, while maintaining educational equity and quality.

**Keywords:** School assessment; school promotion; pedagogical responsibility; class council; educational equity.

## RESUMEN

El proceso de evaluación y promoción escolar constituye uno de los ejes centrales de la práctica pedagógica, ya que implica decisiones que impactan directamente la trayectoria académica y social de los estudiantes. Este artículo tiene como objetivo analizar las dificultades e implicaciones pedagógicas relacionadas con la promoción de alumnos en contextos en los que la escuela ofrece los instrumentos educativos necesarios para el aprendizaje, pero el estudiante no presenta condiciones adecuadas de aprendizaje. La discusión se centra en el papel de la evaluación pedagógica, la responsabilidad institucional de la escuela y la actuación del consejo de clase frente a factores pedagógicos, sociales, psicológicos y familiares que influyen en el rendimiento escolar. Se trata de una investigación de enfoque cualitativo y carácter bibliográfico, fundamentada en producciones científicas sobre evaluación, equidad, responsabilidad pedagógica y políticas educativas. Los resultados señalan que la promoción sin la consolidación de los aprendizajes mínimos puede comprometer el desarrollo académico del estudiante, debilitar el sentido pedagógico de la evaluación y generar impactos futuros en su trayectoria escolar y profesional. Se concluye que la escuela debe equilibrar la promoción de los alumnos con el compromiso ético y pedagógico de garantizar que dicha promoción

esté respaldada por competencias reales y aprendizajes efectivos, sin comprometer la calidad educativa.

**Palabras clave:** Evaluación escolar; promoción escolar; responsabilidad pedagógica; consejo de clase; equidad educativa.

## 1 INTRODUÇÃO

A avaliação da aprendizagem e o processo de aprovação escolar constituem dimensões centrais da prática pedagógica e da organização da vida escolar, pois envolvem decisões que impactam diretamente a trajetória acadêmica, social e, em muitos casos, profissional dos estudantes. Para além de um procedimento técnico, a avaliação produz sentidos sobre o que se considera “aprender”, “progredir” e “estar apto” a seguir para etapas posteriores, exigindo critérios claros, coerência pedagógica e compromisso institucional com a garantia do direito à aprendizagem. Nesse contexto, a aprovação escolar não pode ser reduzida a um ato meramente administrativo; trata-se de uma decisão pedagógica que deve expressar, com responsabilidade, a relação entre condições oferecidas, acompanhamento realizado e competências efetivamente desenvolvidas.

No cenário educacional brasileiro recente, indicadores oficiais mostram que as taxas de rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono) estão diretamente associadas a fenômenos como atraso escolar e distorção idade-série, sendo dimensões estruturais que afetam a progressão dos estudantes ao longo da educação básica (INEP, 2024). O próprio resumo técnico do Censo Escolar 2023 destaca que as taxas de rendimento impactam o atraso escolar e se relacionam com desafios históricos do sistema educacional, evidenciando a necessidade de políticas e práticas pedagógicas que equilibrem permanência, equidade e aprendizagem (INEP, 2024). Além disso, o Inep disponibiliza séries e painéis de Taxas de Rendimento Escolar e Taxas de Distorção Idade-série, reforçando que a progressão escolar não pode ser analisada apenas pelo “fluxo” (aprovar/reprovar), mas também pelos efeitos acumulados no percurso escolar (INEP, 2025a; INEP, 2025b).

A discussão torna-se ainda mais complexa quando se observa que, paralelamente às decisões de aprovação, persistem evidências de aprendizagem

insuficiente em diferentes etapas. Análises sobre o pós-pandemia, baseadas em avaliações educacionais de larga escala, indicam percentuais preocupantes de estudantes com aprendizagem adequada, especialmente em Matemática. Em estudo recente, verificou-se que, em 2023, no 9º ano, cerca de 16,5% alcançaram aprendizagem adequada em Matemática, e no ensino médio, aproximadamente 5,2% apresentaram aprendizagem adequada na mesma área, sinalizando fragilidades no domínio de competências essenciais (Todos Pela Educação, 2025). Esses dados reforçam que decisões de promoção escolar, quando desconectadas de parâmetros mínimos de aprendizagem, podem contribuir para a reprodução de lacunas e para a intensificação do chamado “efeito bola de neve” ao longo da escolarização.

É nesse ponto que emerge o problema central deste artigo: o que acontece quando a escola afirma oferecer instrumentos e oportunidades pedagógicas - materiais, intervenções, recuperações, acompanhamento - mas o aluno não apresenta condições adequadas para ser aprovado? A questão não pode ser enfrentada apenas por uma lógica punitiva (reprovar como resposta automática), tampouco por uma lógica meramente compensatória (aprovar para evitar evasão e reduzir retenções), pois ambas podem gerar efeitos negativos: a primeira pode reforçar exclusões e estigmas; a segunda pode enfraquecer o sentido pedagógico da avaliação e comprometer o direito efetivo à aprendizagem. Assim, o debate exige compreender de que modo a responsabilidade pedagógica se distribui entre escola, políticas educacionais e condições objetivas de vida dos estudantes.

Outro elemento decisivo nessa discussão é o papel dos conselhos de classe e das instâncias colegiadas na tomada de decisões. Em muitas realidades escolares, a deliberação sobre aprovação ultrapassa a análise do desempenho acadêmico e passa a incorporar variáveis subjetivas e contextuais - como vulnerabilidade social, sofrimento psíquico, dificuldades familiares e condições emocionais. Embora tais fatores sejam relevantes e precisem ser acolhidos pedagogicamente, o desafio reside em como considerá-los sem comprometer a qualidade do processo avaliativo e sem institucionalizar a promoção escolar desvinculada da aprendizagem. Nesse sentido, pesquisas sobre orientações

governamentais e práticas avaliativas no cotidiano escolar indicam que as políticas e diretrizes podem influenciar fortemente os modos de avaliar, interferindo na objetividade dos critérios e na cultura de responsabilização institucional (Romanowski; Ens, 2024).

Diante desse cenário, este artigo busca analisar as dificuldades e implicações pedagógicas envolvidas na aprovação de alunos em escolas que oferecem instrumentos educacionais, mas enfrentam o dilema de promover estudantes sem condições adequadas de aprendizagem. Investiga-se o papel das avaliações, dos conselhos de classe e dos fatores externos (sociais, psicológicos e familiares) que influenciam decisões de aprovação, discutindo como políticas educacionais, responsabilidade pedagógica e equidade devem ser consideradas para equilibrar permanência escolar e garantia do direito à aprendizagem com qualidade.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Avaliação da aprendizagem e função pedagógica da avaliação escolar

A avaliação da aprendizagem ocupa papel central no processo educativo, constituindo-se como um instrumento pedagógico essencial para o acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes e para a tomada de decisões no âmbito escolar. Longe de se limitar à atribuição de notas ou à classificação dos alunos, a avaliação deve ser compreendida como um processo contínuo, intencional e articulado aos objetivos de ensino, capaz de fornecer subsídios para a reorganização das práticas pedagógicas e para a garantia do direito à aprendizagem (Luckesi, 2019).

No campo da teoria educacional, a avaliação é tradicionalmente compreendida a partir de diferentes funções, destacando-se a avaliação diagnóstica, formativa e somativa. A avaliação diagnóstica tem como finalidade identificar os conhecimentos prévios e as dificuldades dos alunos no início ou ao longo do processo de ensino, orientando o planejamento pedagógico. A avaliação formativa, por sua vez, assume caráter processual, acompanhando o desenvolvimento do estudante e permitindo intervenções pedagógicas contínuas. Já a avaliação

somativa está relacionada à verificação dos resultados finais de aprendizagem, sendo frequentemente utilizada para fins de certificação e aprovação escolar (Hadji, 2001).

Entretanto, diversos estudos apontam que, no cotidiano escolar, a função formativa da avaliação tende a ser fragilizada, dando lugar a práticas predominantemente classificatórias e excludentes. Em muitos contextos, a avaliação é utilizada como mecanismo de controle do desempenho discente, desvinculada de estratégias efetivas de recuperação e acompanhamento pedagógico. Essa lógica contribui para a naturalização da reprovação ou, em sentido oposto, para a aprovação sem a consolidação das aprendizagens mínimas, ambas comprometendo o sentido pedagógico da avaliação (Luckesi, 2019; Perrenoud, 1999).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a concepção de avaliação como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, orientada pelo desenvolvimento de competências e habilidades ao longo da educação básica. De acordo com o documento, a avaliação deve considerar o progresso do estudante, respeitando seus tempos e modos de aprender, sem perder de vista os direitos de aprendizagem definidos nacionalmente (Brasil, 2018). Essa perspectiva exige da escola uma postura avaliativa coerente, que articule critérios claros, acompanhamento contínuo e intervenções pedagógicas sistemáticas.

No entanto, a efetivação dessa concepção enfrenta desafios significativos, especialmente quando os resultados das avaliações evidenciam que o aluno não alcançou os níveis mínimos de aprendizagem esperados, mesmo diante da oferta de recursos pedagógicos. Dados educacionais recentes indicam que uma parcela expressiva dos estudantes brasileiros avança nas etapas escolares sem dominar competências essenciais, sobretudo em Língua Portuguesa e Matemática, o que evidencia fragilidades no processo avaliativo e na articulação entre avaliação, ensino e aprendizagem (INEP, 2024; Todos Pela Educação, 2025).

## **2.2 Responsabilidade pedagógica da escola no processo de ensino-aprendizagem**

A responsabilidade pedagógica da escola no processo de ensino-aprendizagem constitui um princípio fundamental da educação básica e está diretamente associada ao dever institucional de garantir condições efetivas para que todos os estudantes aprendam. Tal responsabilidade envolve a organização do currículo, a qualidade das práticas docentes, a oferta de recursos pedagógicos, o acompanhamento sistemático da aprendizagem e a implementação de estratégias de intervenção diante das dificuldades apresentadas pelos alunos. Nesse sentido, a escola é corresponsável pelos resultados educacionais, devendo assegurar que o processo de avaliação reflita, de forma justa e coerente, o percurso formativo dos estudantes (Luckesi, 2019).

Do ponto de vista legal e normativo, a legislação educacional brasileira estabelece que a educação deve garantir o pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) atribui à escola a responsabilidade de assegurar padrões mínimos de qualidade de ensino, o que inclui não apenas o acesso e a permanência, mas também a aprendizagem efetiva dos estudantes (Brasil, 1996). Assim, a aprovação escolar não pode ser dissociada da responsabilidade institucional de promover situações pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento das competências previstas para cada etapa da escolarização.

Entretanto, a responsabilização pedagógica da escola encontra limites quando confrontada com a diversidade de contextos sociais, familiares e individuais que atravessam o cotidiano escolar. Fatores como vulnerabilidade socioeconômica, dificuldades emocionais, problemas de saúde mental e ausência de apoio familiar influenciam significativamente o desempenho dos alunos e desafiam a capacidade da escola de responder, isoladamente, a todas as demandas apresentadas. Reconhecer esses condicionantes é essencial para uma prática pedagógica sensível e inclusiva, mas não pode resultar na relativização dos critérios de aprendizagem ou na descaracterização do sentido pedagógico da avaliação (Perrenoud, 1999).

Nesse contexto, emerge uma tensão recorrente entre a responsabilidade pedagógica da escola e a responsabilização do aluno pelo próprio processo de aprendizagem. Embora o ensino seja um direito garantido, a aprendizagem também pressupõe engajamento, participação e apropriação dos conhecimentos por parte do estudante. Quando a escola oferece recursos, acompanhamento e oportunidades de recuperação, mas o aluno não demonstra avanços compatíveis com os objetivos educacionais, surge o dilema sobre os limites da promoção escolar e sobre até que ponto a aprovação pode ser considerada pedagogicamente responsável.

Estudos recentes sobre avaliação e políticas educacionais indicam que a pressão por indicadores positivos de fluxo escolar, como altas taxas de aprovação e redução da reprovação, pode levar à flexibilização excessiva dos critérios avaliativos, deslocando o foco da aprendizagem para o cumprimento de metas administrativas (Romanowski; Ens, 2024). Essa lógica pode fragilizar a responsabilidade pedagógica da escola, ao priorizar resultados quantitativos em detrimento da qualidade do processo educativo e da consolidação das aprendizagens essenciais.

### **2.3 O Conselho de classe e a tomada de decisões avaliativas**

O conselho de classe constitui uma instância colegiada fundamental no processo avaliativo escolar, sendo responsável por analisar, de forma coletiva, o desempenho dos estudantes e deliberar sobre decisões de aprovação, retenção e encaminhamentos pedagógicos. Em sua concepção pedagógica, o conselho de classe deve ultrapassar a simples soma de resultados numéricos, assumindo um caráter reflexivo e formativo, no qual se discutem as trajetórias de aprendizagem, as estratégias adotadas pela escola e as possibilidades de intervenção diante das dificuldades apresentadas pelos alunos (Luckesi, 2019).

A atuação do conselho de classe está diretamente relacionada à concepção de avaliação adotada pela instituição escolar. Quando orientado por uma perspectiva formativa, o conselho torna-se espaço de análise crítica do processo de ensino-aprendizagem, permitindo identificar lacunas pedagógicas, discutir práticas docentes e propor ações de recuperação e acompanhamento. No entanto, estudos apontam que, na prática cotidiana, o conselho de classe muitas vezes se converte

em um momento de legitimação de decisões previamente definidas, centradas na aprovação ou reprovação dos alunos, sem aprofundamento das causas reais do baixo desempenho (Perrenoud, 1999).

Um dos aspectos mais complexos da atuação do conselho de classe refere-se à consideração de fatores subjetivos e contextuais na tomada de decisões. Elementos como dificuldades emocionais, problemas familiares, vulnerabilidade social e histórico escolar do aluno frequentemente são apresentados como justificativas para a flexibilização dos critérios avaliativos. Embora tais fatores sejam relevantes e devam ser considerados no planejamento pedagógico, sua utilização como principal fundamento para a aprovação pode comprometer a coerência do processo avaliativo, sobretudo quando não há evidências de aprendizagem compatíveis com os objetivos educacionais estabelecidos (Romanowski; ENS, 2024).

Nesse contexto, o conselho de classe passa a enfrentar uma tensão permanente entre a função pedagógica da avaliação e as pressões institucionais e sociais que atravessam a escola. Indicadores educacionais, metas de rendimento escolar e expectativas das famílias influenciam as decisões colegiadas, podendo deslocar o foco da aprendizagem para a manutenção de índices positivos de aprovação. Dados oficiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira indicam que políticas voltadas à redução da reprovação e da evasão escolar, embora necessárias, exigem cautela para que não resultem em práticas de progressão desvinculadas da consolidação das aprendizagens essenciais (INEP, 2024).

Outro desafio recorrente diz respeito à ausência de critérios claros e previamente definidos para orientar as decisões do conselho de classe. Em muitas instituições, a falta de registros sistemáticos sobre intervenções pedagógicas realizadas ao longo do ano letivo dificulta a avaliação do real percurso do aluno. Sem esses elementos, a deliberação tende a apoiar-se em percepções subjetivas ou em argumentos de caráter compensatório, fragilizando a responsabilidade pedagógica da escola e o sentido formativo da avaliação (Luckesi, 2019). Além disso, a Base Nacional Comum Curricular reforça que o processo avaliativo deve

estar alinhado ao desenvolvimento progressivo de competências e habilidades, o que exige do conselho de classe uma análise criteriosa sobre o que foi efetivamente aprendido e sobre as condições oferecidas pela escola para que tal aprendizagem ocorresse (Brasil, 2018).

#### **2.4 Fatores sociais, familiares e psicológicos no desempenho escolar**

O desempenho escolar dos estudantes não pode ser compreendido de forma isolada, restrita apenas às práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula. Diversos estudos indicam que fatores sociais, familiares e psicológicos exercem influência significativa sobre o processo de aprendizagem, interferindo no rendimento acadêmico, na participação escolar e na permanência dos alunos no sistema educacional. Assim, a análise do desempenho escolar exige uma abordagem ampliada, capaz de articular dimensões pedagógicas e contextuais, sem que isso implique a relativização dos critérios de aprendizagem (Libâneo, 2017).

Do ponto de vista social, a vulnerabilidade socioeconômica configura-se como um dos principais fatores associados às dificuldades de aprendizagem. Condições como pobreza, insegurança alimentar, trabalho infantil, precariedade habitacional e acesso limitado a bens culturais impactam diretamente as oportunidades de estudo e o desenvolvimento cognitivo dos estudantes. Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística indicam que desigualdades sociais persistentes continuam a influenciar o acesso, a permanência e o sucesso escolar, especialmente nas etapas finais da educação básica (IBGE, 2025). Nesse cenário, a escola é desafiada a reconhecer essas desigualdades e a desenvolver estratégias pedagógicas que promovam equidade, sem comprometer a exigência de aprendizagens essenciais.

No âmbito familiar, a ausência de acompanhamento sistemático da vida escolar do aluno, seja por limitações de tempo, escolaridade ou condições socioeconômicas dos responsáveis, também se reflete no desempenho acadêmico. Estudos apontam que o envolvimento da família no processo educativo contribui para a motivação, a organização dos estudos e a construção de expectativas positivas em relação à escola. Por outro lado, contextos familiares marcados por

conflitos, instabilidade emocional ou negligência podem comprometer o engajamento do aluno e dificultar sua progressão escolar (Dessen; Polonia, 2019).

Os fatores psicológicos constituem outra dimensão relevante na análise do desempenho escolar. Dificuldades emocionais, transtornos de aprendizagem, ansiedade, depressão e problemas de autoestima afetam a capacidade de concentração, a relação com o conhecimento e a interação com professores e colegas. Após o período pandêmico, pesquisas educacionais e relatórios institucionais têm destacado o aumento de demandas relacionadas à saúde mental de crianças e adolescentes, evidenciando impactos diretos sobre o rendimento escolar e o comportamento em sala de aula (Todos Pela Educação, 2025).

Diante desse conjunto de fatores, torna-se evidente que a escola precisa adotar uma postura pedagógica sensível às condições sociais, familiares e psicológicas dos estudantes. No entanto, reconhecer essas dimensões não significa transferir automaticamente para o processo avaliativo a função de compensar desigualdades estruturais por meio da aprovação sem aprendizagem. Conforme argumenta Perrenoud (1999), a equidade educacional não se confunde com a flexibilização indiscriminada de critérios, mas com a criação de condições diferenciadas para que todos os alunos tenham oportunidades reais de aprender.

### 3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, voltada à análise crítica do papel da avaliação e da responsabilidade pedagógica no processo de aprovação escolar, especialmente em contextos nos quais a escola oferece os instrumentos educacionais necessários, mas o aluno não apresenta condições adequadas de aprendizagem. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender os significados, as tensões e as implicações pedagógicas envolvidas nas decisões de aprovação, considerando dimensões normativas, institucionais e contextuais que não podem ser apreendidas por meio de procedimentos exclusivamente quantitativos.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir do levantamento sistemático de produções científicas nacionais e internacionais que abordam avaliação da aprendizagem, aprovação escolar, equidade educacional, responsabilidade pedagógica e políticas públicas de educação. Foram consultadas bases de dados acadêmicas reconhecidas, como SciELO, Google Scholar e periódicos especializados na área de Educação, priorizando artigos científicos, livros clássicos e documentos oficiais publicados, majoritariamente, entre 2018 e 2025. Esse recorte temporal permitiu contemplar tanto referenciais teóricos consolidados quanto análises recentes sobre os desafios contemporâneos da avaliação escolar, especialmente no contexto pós-pandemia.

Os critérios de inclusão das obras analisadas contemplaram estudos que discutissem explicitamente a relação entre avaliação pedagógica, aprendizagem e decisões de aprovação, bem como textos que abordassem a atuação dos conselhos de classe, a influência de fatores sociais e as implicações das políticas educacionais sobre o processo avaliativo. Foram excluídas publicações de caráter estritamente técnico ou administrativo que não apresentassem articulação com o campo pedagógico ou com a formação integral dos estudantes. Após a seleção do material, procedeu-se à leitura exploratória, analítica e interpretativa das obras, buscando identificar convergências teóricas, divergências conceituais e lacunas nas abordagens apresentadas.

A análise dos dados foi realizada por meio da análise temática, conforme proposta por Bardin, permitindo a organização do conteúdo em eixos analíticos relacionados à função pedagógica da avaliação, à responsabilidade institucional da escola, à atuação do conselho de classe, aos fatores externos que influenciam o desempenho escolar e às tensões entre equidade e qualidade da educação.

## **4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS**

A análise das produções científicas e dos documentos normativos selecionados permite afirmar que o processo de aprovação escolar, quando dissociado da consolidação efetiva das aprendizagens, revela tensões estruturais profundas no interior das políticas educacionais e das práticas pedagógicas

contemporâneas. Os resultados indicam que a escola, mesmo quando oferece instrumentos pedagógicos, recursos didáticos, estratégias de recuperação e acompanhamento sistemático, enfrenta limites objetivos e subjetivos na garantia da aprendizagem de todos os estudantes. Tais limites evidenciam que a aprovação escolar não pode ser compreendida apenas como consequência direta da oferta de condições pedagógicas, mas como resultado de um conjunto complexo de decisões institucionais, pressões sociais e interpretações sobre equidade e responsabilidade pedagógica.

Um primeiro eixo de análise refere-se à fragilização do sentido pedagógico da avaliação no contexto das decisões de aprovação. A literatura aponta que, em muitos sistemas educacionais, a avaliação tem sido progressivamente deslocada de sua função formativa para assumir um papel legitimador de decisões já orientadas por metas administrativas e indicadores de fluxo escolar (Luckesi, 2019; Romanowski; ENS, 2024). Os dados educacionais oficiais corroboram essa análise ao demonstrar que, apesar do aumento das taxas de aprovação em determinadas etapas da educação básica, persistem baixos níveis de aprendizagem, especialmente em áreas estruturantes como Língua Portuguesa e Matemática (INEP, 2024; Todos Pela Educação, 2025). Esse descompasso revela que a aprovação, quando orientada prioritariamente por critérios quantitativos, tende a ocultar dificuldades pedagógicas não superadas, transferindo-as para etapas posteriores da escolarização.

Nesse contexto, os conselhos de classe emergem como instâncias decisórias atravessadas por ambiguidades. Os estudos analisados indicam que, embora concebidos como espaços de reflexão coletiva e análise global do percurso do estudante, os conselhos frequentemente operam sob forte influência de fatores externos à aprendizagem propriamente dita, como a pressão por redução da reprovação, o receio da evasão escolar e a consideração ampliada de condições sociais e emocionais dos alunos (Perrenoud, 1999; Romanowski; Ens, 2024). Embora tais fatores não possam ser ignorados, os resultados evidenciam que sua centralidade nas decisões de aprovação, quando não articulada a evidências

concretas de aprendizagem, tende a fragilizar a responsabilidade pedagógica da escola e a esvaziar o caráter formativo da avaliação.

Outro resultado relevante diz respeito à recorrente transferência da responsabilidade pela não aprendizagem para fatores externos ao processo pedagógico. As análises mostram que dificuldades sociais, familiares e psicológicas são frequentemente mobilizadas como justificativas para a aprovação de alunos que não atingiram os critérios mínimos de aprendizagem. Dados do IBGE (2025) e relatórios educacionais recentes indicam que tais fatores, de fato, impactam significativamente o desempenho escolar. No entanto, a literatura problematiza o risco de naturalizar essas condições como explicações suficientes para decisões de promoção escolar, sem que haja uma reflexão crítica sobre a efetividade das intervenções pedagógicas realizadas e sobre os limites institucionais da escola (Libâneo, 2017).

Nesse sentido, os resultados reforçam a necessidade de distinguir entre reconhecer desigualdades e pedagogicamente compensá-las por meio da aprovação sem aprendizagem. Conforme argumenta Perrenoud (1999), a equidade educacional não se materializa pela redução das exigências, mas pela diversificação de estratégias pedagógicas capazes de oferecer condições reais para que todos aprendam. A aprovação escolar desvinculada da aprendizagem tende, portanto, a produzir efeitos cumulativos negativos, ampliando lacunas cognitivas e comprometendo o percurso acadêmico futuro dos estudantes, especialmente nas transições entre etapas da educação básica.

A análise dos documentos normativos, em especial da Base Nacional Comum Curricular, evidencia que a política educacional brasileira afirma, de forma explícita, o compromisso com o desenvolvimento progressivo de competências e habilidades comuns a todos os estudantes (Brasil, 2018). No entanto, os resultados apontam uma contradição entre o discurso normativo e as práticas avaliativas efetivamente adotadas nas escolas. A promoção de alunos sem domínio das aprendizagens essenciais indica que, em muitos contextos, a aprovação tem sido utilizada como estratégia de gestão do fluxo escolar, em detrimento da centralidade do ensino e da aprendizagem como eixos estruturantes da prática pedagógica.

Outro achado significativo refere-se aos impactos futuros da aprovação sem aprendizagem. A literatura analisada destaca que estudantes promovidos sem a consolidação das competências básicas tendem a apresentar maiores dificuldades nas etapas subsequentes, aumento da evasão escolar e limitação de oportunidades acadêmicas e profissionais (INEP, 2024; Todos Pela Educação, 2025). Esse cenário evidencia que a aprovação sem critérios pedagógicos consistentes não apenas compromete o presente escolar do aluno, mas produz efeitos duradouros em sua trajetória educacional e social, colocando em xeque o próprio sentido da escola como espaço de formação.

Diante desses resultados, a discussão aponta para a urgência de ressignificar o processo de avaliação e aprovação escolar à luz da responsabilidade pedagógica institucional. A escola, ao oferecer instrumentos e oportunidades de aprendizagem, cumpre parte de seu dever formativo; contudo, isso não a exime da necessidade de tomar decisões avaliativas coerentes com os objetivos educacionais. Aprovar alunos que não apresentam condições adequadas de aprendizagem, ainda que motivado por princípios de equidade ou por pressões externas, pode configurar uma forma de negligência pedagógica, na medida em que posterga o enfrentamento das dificuldades e compromete o direito à aprendizagem de qualidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou as implicações pedagógicas, éticas e institucionais do processo de aprovação escolar em contextos nos quais a escola oferece instrumentos educacionais, estratégias pedagógicas e oportunidades de acompanhamento, mas o aluno não apresenta condições adequadas de aprendizagem. Ao longo do estudo, evidenciou-se que a aprovação escolar constitui um ato pedagógico complexo, que ultrapassa a dimensão administrativa e envolve decisões com impactos duradouros sobre a trajetória educacional e social dos estudantes.

As análises desenvolvidas demonstraram que a avaliação da aprendizagem tem sido progressivamente tensionada por demandas externas à prática

pedagógica, especialmente aquelas relacionadas a indicadores de rendimento escolar e à redução da reprovação e da evasão. Esse cenário tem contribuído para a fragilização do sentido formativo da avaliação, deslocando seu foco do acompanhamento da aprendizagem para a legitimação de decisões institucionais orientadas pela lógica do fluxo escolar. Como consequência, a aprovação passa a operar, em determinados contextos, como estratégia de gestão, e não como resultado de um processo educativo consistente.

Outro aspecto central evidenciado no estudo refere-se à atuação dos conselhos de classe. Embora concebidos como espaços coletivos de reflexão pedagógica, essas instâncias decisórias encontram-se frequentemente atravessadas por pressões institucionais, expectativas sociais e preocupações com os efeitos da reprovação sobre a permanência do aluno na escola. A consideração de fatores sociais, familiares e emocionais, ainda que necessária, tem assumido, em alguns casos, um peso desproporcional nas decisões de aprovação, enfraquecendo a centralidade da aprendizagem como critério fundamental. Tal dinâmica revela um deslocamento da responsabilidade pedagógica, que passa a ser diluída em argumentos compensatórios, em detrimento da análise rigorosa do percurso formativo do estudante.

O estudo também permitiu problematizar a noção de equidade no contexto da aprovação escolar. Evidenciou-se que equidade não pode ser compreendida como flexibilização indiscriminada dos critérios avaliativos, mas como a construção de condições pedagógicas diferenciadas capazes de assegurar que todos os alunos tenham reais possibilidades de aprender. A aprovação de estudantes sem a consolidação das aprendizagens essenciais, ainda que justificada por princípios de justiça social, tende a produzir efeitos cumulativos negativos, ampliando lacunas cognitivas, dificultando a progressão nas etapas subsequentes e comprometendo o direito à aprendizagem de qualidade.

Além disso, as reflexões desenvolvidas apontam para a existência de contradições estruturais entre os discursos normativos que afirmam o compromisso com a aprendizagem e as práticas avaliativas efetivamente adotadas nas escolas. Essas contradições revelam os limites das políticas educacionais quando não

acompanhadas de condições concretas de implementação, formação docente contínua e reorganização do trabalho pedagógico. A aprovação escolar, nesse contexto, passa a assumir um caráter ambíguo: ao mesmo tempo em que busca garantir a permanência do aluno, pode contribuir para a invisibilização das fragilidades do processo educativo.

Diante desse cenário, sustenta-se que a responsabilidade pedagógica da escola não se encerra na oferta de recursos, estratégias de recuperação ou instrumentos avaliativos diversificados. Ela se concretiza, sobretudo, na coerência entre avaliação, ensino e aprendizagem, bem como na capacidade institucional de enfrentar as dificuldades de forma pedagógica, ética e transparente. Aprovar um aluno que não apresenta condições adequadas de aprendizagem pode configurar uma forma de adiamento do problema, transferindo para o futuro dificuldades que exigiriam intervenção no presente.

## 6 REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. Paideia, Ribeirão Preto, v. 29, e2921, 2019.

HADJI, Charles. Avaliação desmistificada. Porto Alegre: Artmed, 2001.

IBGE. Indicadores educacionais avançam em 2024, mas atraso escolar aumenta. Agência IBGE Notícias, 13 jun. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

INEP. Censo Escolar da Educação Básica 2023: resumo técnico. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024.

Disponível em:  
[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escolar\\_2023.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf). Acesso em: 13 jan. 2026.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. Orientações governamentais para a prática da avaliação da aprendizagem nas escolas de Educação Básica. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Aprendizagem na Educação Básica no Brasil: situação no pós-pandemia. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

